

A GEOGRAFIA DAS MORTES VIOLENTAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL: TENSIONAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS NA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E A ABERTURA DE UM CAMPO PARA PROBLEMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Maria Helena Lenzi ¹
Tiago Cargnin Gonçalves ²
Mariana Salvatti Mescolotto ³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a geografia das mortes violentas da população LGBTI+ no Brasil, um tema considerado fundamental aos debates da Geografia da População contemporânea. As análises foram feitas com base nas edições de 2021 e 2022 do *Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil*, que evidencia como essas violências são parte de um contexto de LGBTIfobia no país. Os dados dos *Dossiês* foram produzidos por meio de notícias publicadas na mídia (jornais e sites de notícias) e, quando necessário, complementados por fontes alternativas. A representação cartográfica das mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2021 e em 2022 são expressas em três escalas de análise (municipal, estadual/distrital e macrorregional). A elaboração do *Dossiê* teve como principal desafio a ausência de dados governamentais, de modo que se faz necessário evidenciar as dificuldades encontradas na produção e na divulgação dos dados elaborados, a fim de garantir maior consistência e fidedignidade das análises sobre as mortes violentas de LGBTI+ no Brasil.

Palavras-chave: População LGBTI+, mortes violentas, LGBTIfobia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la geografía de las muertes violentas de la población LGBTI+ en Brasil, tema considerado fundamental para los debates sobre Geografía de la Población contemporánea. Los análisis se realizaron a partir de las ediciones de 2021 y 2022 del *Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil* (Dossier de Muertes y Violencia contra LGBTI+ en Brasil), que destaca cómo esta violencia es parte de un contexto de LGTBfobia en el país. Los datos de los Dossiers se produjeron a partir de noticias publicadas en los medios de comunicación (diarios y sitios de noticias) y, cuando necesario, complementados con fuentes alternativas. La representación cartográfica de las muertes violentas de personas LGBTI+ en 2021 y 2022 se expresa en tres escalas de análisis. El principal desafío en la elaboración del Dossier fue la ausencia de datos gubernamentales, por lo que es necesario resaltar las dificultades encontradas en la producción y difusión de los datos elaborados, con el fin de garantizar una mayor consistencia y confiabilidad de los análisis sobre las muertes violentas de personas LGBTI+ en Brasil.

Palabras clave: Población LGBTI+, muertes violentas, LGBTIfobia.

¹ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, m.h.lenzi@ufsc.br;

² Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tiago.cargnin@ufsc.br;

³ Bacharel em Direito pela Faculdade CESUSC, marianasalvattimescolotto@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Caberia à Geografia da População problematizar questões relativas às espacialidades de grupos sociais violentados por suas orientações sexuais e identidades de gênero? Essas características estariam interseccionadas à raça, à renda, à origem geográfica e à nacionalidade dessas populações em suas práticas espaciais? Seriam as espacialidades marginalizadas questões para a Geografia da População?

Partindo-se do princípio de que esses temas são fundamentais aos debates da Geografia da População contemporânea, este trabalho objetiva analisar a espacialização da violência contra a população LGBTI+ no Brasil, apesar de esses grupos populacionais não serem devidamente tratados pelo referido campo

O Brasil é um país extremamente violento. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2021, o país era responsável por 2,7% dos habitantes do planeta, mas contava com 20,4% dos homicídios registrados no mundo, o que equivalia a 47.503 mortes violentas intencionais (MVI)⁴ (FBSP, 2022). No ano seguinte, em 2022, esse número se manteve praticamente estável, com 47.398 MVI. Do total registrado em 2021 e 2022, respectivamente, 77,9% e 76,9% eram pessoas negras; 50% e 50,2% possuíam entre 12 e 29 anos; e 91,3% e 91,4% eram do sexo masculino. Esses dados apontam para taxas muito próximas de mortes a cada 100 mil habitantes: 22,3 em 2021 e 23,3 em 2022, o que sinaliza uma manutenção da violência no país. Ainda conforme o FBSP (2023), de 2021 para 2022, aumentaram os casos de desaparecimento, estupro, violência doméstica, violência contra a mulher e feminicídio no Brasil.

Esse contexto não seria diferente para a população LGBTI+, que tem sido colocada em situação de vulnerabilidade por não se enquadrar em um padrão socialmente referenciado na heteronormatividade, na binariedade e/ou na cisnormatividade. De acordo com o FBSP (2022), entre 2020 e 2021, a população LGBTQIA+⁵ sofreu um aumento de 35,2% no número de agressões, 7,2% no de homicídios e 88,4% no de estupros. Em uma perspectiva de mais longo prazo, entre 2000 e 2022, pelo menos 5.635 pessoas morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população e devido ao descaso das autoridades responsáveis pela

⁴ Segundo o FBSP (2022, p. 23), a “[c]ategoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora [...]. Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território.”

⁵ Apesar de adotarmos o termo LGBTI+, o FBSP (2022) trabalha com a categoria LGBTQI+. Quando nos referirmos ao levantamento feito pelo Fórum, usaremos o termo utilizado nas suas publicações.

efetivação de políticas públicas capazes de conter os casos de violência, conforme apontado nos relatórios sobre violência contra a população LGBTI+ produzidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) (Acontece; Antra; ABGLT, 2022). Nos últimos anos, ocorreram 316 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2021 e 273 em 2022.

Este trabalho tem como referência de análise os dados apresentados pelos *Dossiês de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil* em suas duas últimas edições (2021 e 2022). Tais relatórios foram produzidos por três ONGs de defesa dos direitos da população LGBTI+ e contaram com a participação ativa das pessoas autoras deste trabalho (Acontece; Antra; ABGLT, 2022; 2023). Um dos objetivos do *Dossiê* é denunciar a omissão do Estado em reconhecer a LGBTIfobia como qualificador e agravante dos casos de crime de ódio contra a população LGBTI+, especialmente quando a orientação sexual e/ou a identidade de gênero são fatores determinantes para a escolha da vítima, assim como para a forma, intensidade e violência com que os casos vêm acontecendo. Não se trata, portanto, de um trabalho de pesquisa, mas de uma atividade de extensão, devidamente cadastrada como projeto na Universidade Federal de Santa Catarina, da qual as pessoas autoras fizeram parte.

O esforço aqui empreendido pretende ampliar os debates iniciados em outros espaços de discussão acadêmica que abordam a relação entre Geografia, Gênero e Sexualidades, como a *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* e o *V Seminário Latino-americano de Geografía, Género y Sexualidades* (Lenzi, Gonçalves e Gastaldi, 2023; Lenzi *et al.*, no prelo).

Este trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. No item “Metodologia do Dossiê” explicamos como os dossiês foram produzidos; no item “Referencial teórico” trazemos um breve debate acerca das dissidências sexuais e de gênero e suas espacialidades; e, por fim, no tópico “Resultados e Discussões” apresentamos o conteúdo dos dossiês em duas partes, na primeira tratamos das características das mortes violentas de pessoas LGBTI+ e, na segunda, analisamos a espacialização dessas mortes.

METODOLOGIA DO DOSSIÊ

Como apontado na introdução, este trabalho se baseia nos dados apresentados nas edições de 2021 e 2022 do *Dossiê de Mortes e Violências contra a População LGBTI+* (Acontece; Antra; ABGLT, 2022; 2023). A elaboração dos dossiês teve como principal desafio a ausência de informações governamentais, de modo que os dados utilizados foram produzidos por meio de notícias publicadas na mídia (jornais e portais eletrônicos) e, quando necessário,

complementadas por fontes alternativas, como as redes sociais das vítimas, de pessoas próximas ou de organizações denunciadoras dos casos de mortes violentas.

A ausência desses dados e, por consequência, a utilização de informações disponíveis na mídia apontam para uma limitação metodológica da pesquisa. Como se depende dos veículos de comunicação que reportam as mortes para o reconhecimento da identidade de gênero e da orientação sexual das vítimas, é possível que muitos casos de violência sejam omitidos. Há, provavelmente, uma significativa subnotificação do número de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. Além disso, em muitas notícias consultadas, a disponibilidade de informações foi limitada, o que inviabilizou uma análise mais detalhada de diversos casos. Essa preocupação é relevante para que os dados produzidos subsidiem a elaboração de políticas públicas pelas esferas governamentais (municipal, estadual/distrital e federal) e possibilitem um avanço na discussão em torno das violências sofridas pela população LGBTI+ e no combate à LGBTIfobia.

Os Dossiês foram produzidos por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: i) levantamento de notícias com base no cadastramento de palavras-chave no *Google Alerts*⁶; ii) avaliação e discussão dos casos após a seleção das notícias consideradas pertinentes ao levantamento; iii) sistematização das mortes, buscando-se identificar as características das vítimas (orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, idade e profissão/ocupação) e das mortes (período e local de ocorrência, causa, tipificação e cidade/unidade da federação em que os casos foram noticiados); e iv) espacialização das mortes via representação cartográfica.

No que diz respeito à representação cartográfica, entendemos os mapas como um instrumento de compreensão da realidade, capaz de subsidiar a ação das instâncias competentes na luta contra a LGBTIfobia, por isso a decisão de produzi-los para o *Dossiê* em três escalas de análise: municipal, estadual/distrital e macrorregional. A adoção dessas escalas contribuiu para a interpretação do fenômeno das mortes de LGBTI+ na dimensão local, evidenciando

⁶ Palavras-chave como: gay assassinado, gay latrocínio, gay homicídio, gay morto, gay suicídio, crime homofóbico, homossexual assassinado, homossexual latrocínio, homossexual homicídio, homossexual morto, homossexual suicídio, crime lesbofóbico, lésbica assassinada, lésbica latrocínio, lésbica homicídio, lésbica morta, lésbica suicídio, crime bifóbico, bissexual assassinado, bissexual latrocínio, bissexual homicídio, bissexual morto, bissexual suicídio, bissexual assassinada, bissexual morta, crime transfóbico, travesti assassinado, travesti latrocínio, travesti homicídio, travesti suicídio, travesti assassinada, transexual assassinado, transexual latrocínio, transexual homicídio, transexual morto, transexual suicídio, transexual assassinada, transexual morta, trans assassinado, trans latrocínio, trans homicídio, trans morto, trans suicídio, trans assassinada e trans morta.

municípios, cidades e regiões metropolitanas mais violentas; e na dimensão extralocal, que envolve a escala das unidades da federação (UFs) e das cinco macrorregiões brasileiras estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que explicitam os grandes territórios em que as pessoas LGBTI+ encontram-se mais vulneráveis.

Para o cálculo de mortes por milhão de habitantes, foram utilizados dados divulgados pelo IBGE: no relatório de 2021, os números da Estimativa da População de 2021⁷; e, no relatório de 2022, as informações da Prévia do Censo Demográfico de 2022⁸. Consideramos necessárias e complementares as duas formas de representação, pois enquanto uma permite compreender as unidades espaciais individualmente (dados absolutos), a outra possibilita estabelecer relações entre as unidades espaciais em função do contingente populacional de cada uma delas (dados relativos).

Neste trabalho, realizamos um esforço metodológico de analisar os dados das duas edições do Dossiê. A título de comparação e a fim de estabelecer relações com os dados gerais de violência no país, procuramos, no decorrer do artigo, confrontar as estatísticas de mortes de pessoas LGBTI+ com os dados de mortes violentas intencionais (MVI) produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que é uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos anos 2000, o campo dos estudos de gênero e sexualidades emergiu na Geografia brasileira e passou a tensionar a invisibilidade do debate sobre as espacialidades de mulheres cis e da população LGBTI+ no país. Desde então, pesquisas nesse campo explicitam a violência e a discriminação sofrida por grupos sociais cujas práticas e identidades sexuais e de gênero são cotidianamente questionadas, ridicularizadas e violentadas social e epistemologicamente. Há uma invisibilização histórica da população LGBTI+ no Brasil, de seus corpos e de suas espacialidades, tanto socialmente quanto no campo da Geografia, inclusive nos debates populacionais.

Quando partimos das vivências dessa população para pensar o espaço geográfico, necessitamos revisar nossos conceitos de espaço como continente e superfície sobre a qual

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-etimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

⁸ Disponível em: [ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html). Acesso em: 22 set. 2023.

desenvolve-se a vida material e em que trajetórias de grupos sociais são visivelmente presentes e passíveis de descrição e análise. As concepções de espaço acionadas para analisar as vivências de grupos como a população LGBTI+ precisam considerar presenças e ausências, visibilidades e invisibilidades, visto que suas relações espaciais se fazem também por suas estratégias de sobrevivência (Silva; Ornat, 2010).

As espacialidades das dissidências sexuais e de gênero à norma hetero-cis-sexual se dão por brechas construídas por estratégias e ações de resistência (Lenzi; Silva, 2018). Desse modo, a vivência espacial desses grupos é marcada por obstáculos, violências e invisibilidades, fato que explica por que nem sempre suas trajetórias são visíveis e cartografáveis por uma Geografia que é preocupada com a descrição das formas e dos conteúdos visíveis no espaço geográfico.

Massey (2008) compreende o espaço de forma relacional, superando a ideia deste como um reflexo de relações sociais e como um produto acabado. Defende um espaço que está em permanente construção e é mediado pela política. As relações espaciais estão em permanente negociação e, embora o espaço seja hegemonicamente hetero-cis-normativo e constitua os mecanismos de desigualdade de forças, há também a constituição de espacialidades não normativas que buscam tensionar o poder instituído (Lenzi; Silva, 2018).

Considerando as informações divulgadas pelos *Dossiês de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil*, podemos destacar a relação desses grupos com os espaços públicos e privados como exemplos de espacialidades marcadas pela violência, o que inclui as casas das próprias vítimas. Em 2021 predominaram as mortes em espaços privados (47,78%), já o relatório de 2022 apontou os espaços públicos como mais violentos, com 49,82% dos registros.

Quando observamos o local das mortes para determinados segmentos da população LGBTI+, percebemos algumas especificidades presentes nos dois anos analisados. Em 2021, 87 homens gays morreram em espaços privados, enquanto 46 foram mortos em espaços públicos. Já em 2022, essa diferença foi de 52 mortes em espaços privados contra 36 em espaços públicos. Esse dado indica que a maioria das mortes ocorreu nas residências desses homens.

Já as travestis e mulheres transexuais morreram majoritariamente nos espaços públicos (93 em 2021 e 94 em 2022), enquanto nos espaços privados foram 36 mortes em 2021 e 45 em 2022. Essa informação evidencia uma maior situação de vulnerabilidade desse segmento nos espaços públicos, onde geralmente é violentado durante sua atividade de trabalho associada à prostituição.

Os espaços públicos são predominantemente hetero-cis-normativos. Neles se expressam diversas formas de discriminação e de violência por orientação sexual e identidade de gênero, exercendo fortes pressões sociais que buscam confinar a população LGBTI+ em espaços privados (Valentine, 1993). Os espaços privados, no entanto, também se apresentam como lugares onde as dinâmicas de exclusão e violência mostram-se presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Violência contra a população LGBTI+ no Brasil

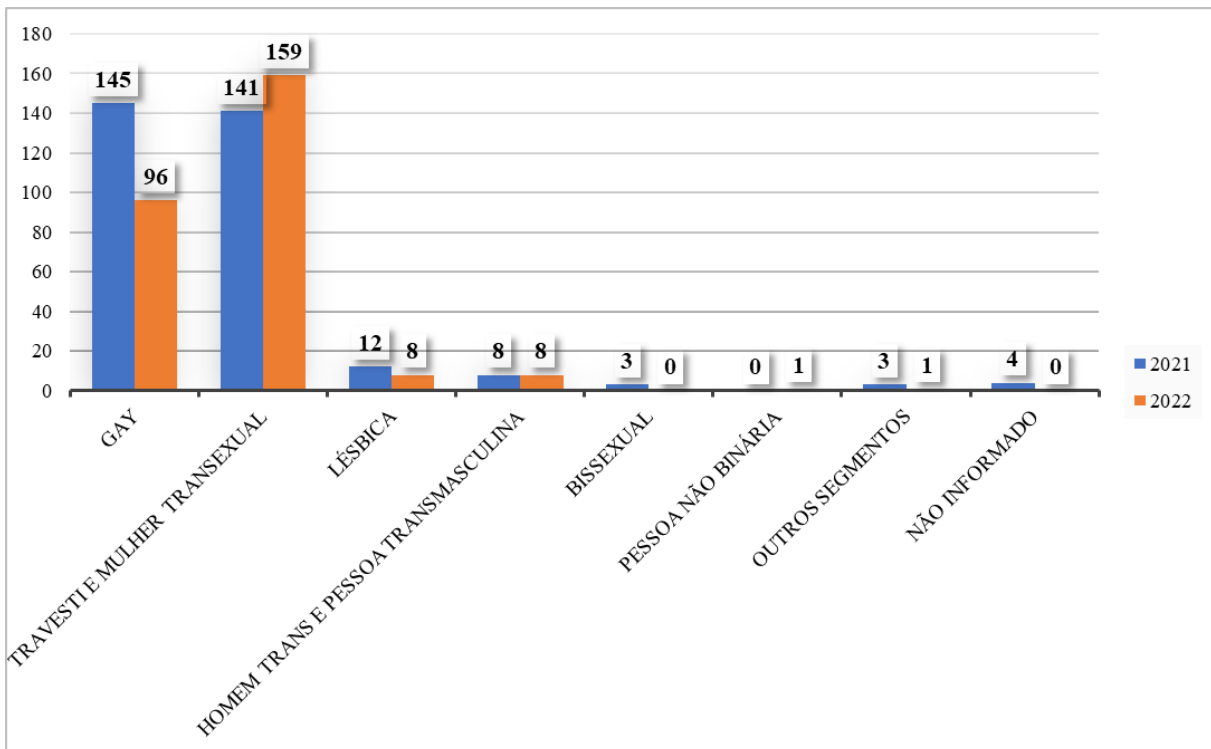
Para uma melhor compreensão das mortes ocorridas em 2021 e 2022, reportadas nas duas edições do *Dossiê*, as vítimas foram agrupadas, respectivamente, em seis e sete segmentos LGBTI+, pensados a partir da orientação sexual e da identidade de gênero dessas pessoas. São eles: gay; lésbica; bissexual; travesti e mulher transexual; homem trans e pessoa transmasculina; e outras pessoas vitimadas pela LGBTIfobia, identificadas nos gráficos e tabelas como “outros segmentos”⁹. No dossiê de 2022, a categoria pessoa não-binária foi incorporada, pois apareceu nas fontes pesquisadas.

Dentre os sete segmentos analisados, dois grupos foram os mais violentados, reunindo um pouco mais de 90% dos casos nos dois anos analisados: a população de homens gays, representando 45,89% do total (145 mortes) em 2021 e 35,16% (96 mortes) em 2022; e as travestis e mulheres trans, com 44,62% dos casos (141 mortes) em 2021 e 58,24% dos casos (159 mortes) em 2022. Também foram encontrados casos de mulheres lésbicas, com 3,80% das mortes (12 casos) em 2021 e 2,93% (oito casos) em 2022; homens trans e pessoas transmasculinas, com 2,53% (oito mortes) em 2021 e 2,93% (oito mortes) no ano seguinte; pessoas bissexuais, com 0,95% (três mortes) em 2021; pessoas identificadas como outros segmentos, também com 0,95% (três mortes) em 2021 e 0,37% (um caso) em 2022; e pessoa não binária, com 0,37% (um caso) em 2022. Houve, ainda, quatro pessoas cujo segmento (orientação sexual e/ou identidade de gênero) não foi revelado, representando 1,27% em 2021 e 1,47% em 2022 (Figura 1).

⁹ Foram incluídas nessa categoria pessoas cisgêneras que se identificavam ou foram identificadas por terceiros como heterossexuais e que, ainda assim, foram mortas ou se suicidaram em decorrência dos reflexos da LGBTIfobia ao não suportarem serem consideradas como pessoas LGBTI+.



Figura 1: Mortes violentas por segmento LGBTI+ no Brasil em 2021 e 2022



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022; 2023).

Nos dois anos houve uma maioria de mortes provocadas por terceiros. Em 2021, das 316 mortes, 262 foram resultado de homicídios (82,91%) e 23 de latrocínios (7,28%), o que corresponde a 90,19% do total. Já em 2022, homicídios e latrocínios representaram 83,52% das mortes (228 casos). A título de comparação, o FBSP (2022; 2023) registrou, respectivamente, 176 e 163 homicídios dolosos praticados contra a população LGBTQI+ em 2021 e 2022, um montante inferior ao que foi computado pelos *Dossiês*. Importante salientar que a diferença entre os números apresentados pelo FBSP (2022; 2023) e pelos *Dossiês* deve-se às fontes utilizadas, já que o FBSP se baseia em dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e Polícias Cíveis estaduais. De todo modo, é patente a necessidade de uma ação sistemática, por parte do Estado, de monitoramento dos casos de violência contra LGBTI+.

Houve também um número expressivo de suicídios, com 26 (8,23%) e 30 (10,99%) casos registrados, respectivamente, em 2021 e 2022, o que evidencia os danos causados pela LGBTIfobia, que impacta significativamente a saúde mental dessa população, podendo levar a intenso sofrimento ou, até mesmo, à retirada da própria vida por pessoas em situação de vulnerabilidade.

A fim de compreender a diversidade de dinâmicas e práticas socioespaciais vivenciadas por essa população, o *Dossiê* procurou reconhecer o perfil das vítimas e das mortes. Travestis e mulheres transexuais, por exemplo, têm sido alvo preferencial de ataques em espaços públicos, ao mesmo tempo que sua exclusão social é marcada por obstáculos de diferentes naturezas, como a dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho formais, assim como a falta de oportunidades em função da condição de travestilidade e transexualidade dessas pessoas. Homens gays, por outro lado, têm sido vitimados nos espaços privados, sobretudo em suas residências, fato que provavelmente se relaciona a práticas sexuais intermediadas por aplicativos de relacionamento, uma das formas de burlar o preconceito contra as trocas sexuais e afetivas de pessoas LGBTI+.

A violência física e psicológica contra pessoas LGBTI+ no Brasil atinge todas as raças/etnias, idades, classes sociais e profissões, ainda que de maneira diversa e, em alguns casos, desigual. A idade das vítimas variou de 13 a 67 anos em 2021 e de 13 a 75 em 2022. A maioria das mortes ocorreu com pessoas adultas jovens que possuíam entre 20 e 29 anos: 96 casos (30,38%) em 2021 e 91 (33,33%) em 2022.

Em 2021, das 316 vítimas, foi possível identificar a raça/etnia de 240 pessoas, que corresponderam a 75,95% do total. Já em 2022, dos 273 casos, foi reconhecida a raça/etnia de 187 pessoas (68,50%). Percebemos uma distribuição aproximada das mortes entre pessoas brancas, com 127 casos (40,19%) em 2021 e 94 (34,43%) em 2022, e negras (pretas/pardas), com 112 casos (35,44%) em 2021 e 91 (33,33%) em 2022. No caso de pessoas indígenas, houve apenas uma morte (0,32%) em 2021 e duas mortes (0,73%) em 2022.

O *Dossiê* revelou a profissão/ocupação de 156 vítimas em 2021, menos de 50% do total de mortes registradas, e de 102 (37,36%) em 2022. Os dados demonstram que essa população não é reconhecida pela sua atividade de trabalho, mas pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A atividade mais praticada pelas vítimas foi a prostituição (12,03% em 2021 e 8,79% em 2022), o que aponta tanto para o grau de exclusão e violação de direitos básicos de uma ampla parcela da comunidade LGBTI+ brasileira, sobretudo pessoas trans, quanto para a possibilidade de essas pessoas terem sido mortas no exercício da sua ocupação como profissionais do sexo. Foram observadas outras 50 profissões/ocupações atribuídas às vítimas, sendo mais frequentes as de professor/a, estudante e cabeleireira/o.

Travestis e mulheres trans que trabalhavam como profissionais do sexo foi o grupo que mais apresentou casos de assassinatos em ambos os anos, o que evidencia o contexto de

marginalização desse segmento diante dos demais. Isso pode ser explicado por meio dos contextos sociais, políticos e legais em que travestis e mulheres trans profissionais do sexo estão inseridas. Silva *et al.* (2019) argumentam que o território da prostituição é, simultaneamente, um lugar de vida e de morte para travestis e mulheres trans. Nele a feminilidade é reconhecida e desejada, ao mesmo tempo que é o espaço de maior vulnerabilidade ao homicídio.

A perversidade observada nas mortes de pessoas LGBTI+ evidencia a necessidade de um olhar direcionado à forma como a violência é praticada contra essa população. Segundo Silva *et al.* (2019, p. 221), “há mais do que uma forma empregada para matar, envolvendo requintes de crueldade, tortura e espetacularização do suplício das vítimas.” Foram observadas 26 diferentes *causa mortis*, o que reflete a multiplicidade de atos violentos praticados contra esse grupo. As duas mais frequentes foram: 91 esfaqueamentos (28,80%) e 83 mortes com armas de fogo (26,27%) em 2021; e, em 2022, 74 óbitos com armas de fogo (27,11%) e 48 esfaqueamentos (17,58%). A violência se configurou como um elemento presente também nas *causa mortis* menos recorrentes, como espancamento, asfixia, perfurações no corpo, queimaduras, traumatismos cranianos, atropelamentos, enforcamentos, estrangulamentos, apedrejamentos, pauladas, esquartejamentos e torturas.

Dentre os casos noticiados, o número de mortes em espaços públicos e privados foi bastante aproximado nos dois anos: em 2021 e 2022, respectivamente, 151 (47,78%) e 102 (37,36%) casos ocorreram em espaços privados, como residências, presídios, hotéis, bares e locais de trabalho, e 135 (42,72%) e 136 (49,82%) mortes se deram em espaços públicos, como vias públicas, praças, parques, margens de rio e áreas de mata. Dentre os segmentos, os homens gays morreram mais em espaços privados, enquanto as mulheres transexuais e travestis foram mortas de forma violenta especialmente em espaços públicos. A análise da violência em espaços privados é fundamental não somente pela questão quantitativa, mas por ser uma prática pouco debatida e comumente invisibilizada por conta de sua característica não pública e, em alguns casos, por ser praticada por pessoas próximas às vítimas. Lenzi e Silva (2018) demonstram como os espaços privados tendem a ser espacialidades interditas às pessoas cujas sexualidades são dissidentes.

Em ambos os anos, a maior parte das mortes ocorreu no período noturno: foram 152 casos (48,10%) em 2021 e 130 (47,62%) em 2022, correspondentes a quase metade do total. Esse dado indicou a relevância das práticas profissionais – como a prostituição –, culturais e de lazer da população LGBTI+ realizadas no período da noite, o que demanda maior atenção do

poder público na garantia da segurança desse grupo em situação de vulnerabilidade. Os *Dossiês* não identificaram o período de ocorrência de 129 casos (40,89% do total) em 2021 e de 93 (34,07%) em 2022, dado que demonstra a necessidade de acesso a outras fontes de pesquisa, sobretudo governamentais, visto que a imprecisão das informações contidas em jornais, redes sociais e afins dificulta uma análise mais apurada desses casos.

Distribuição Espacial das mortes de LGBTI+ no Brasil

Em 2021 e 2022 o Brasil registrou, respectivamente, 22,23 e 23,3 MVI a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2022; 2023). Esses dados evidenciam o quadro de violência generalizada que acomete o país e que se materializa, sobretudo, por meio das desigualdades que caracterizam nossa sociedade. A Tabela 1 apresenta esse número de acordo com as UFs e indica uma distribuição de mortes por todo o território nacional, ainda que desigualmente.

Nos dois anos, é perceptível que os estados mais violentos, com índices superiores a 30 mortes a cada 100 mil habitantes, estavam localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, com destaque para Amapá, Bahia, Amazonas, Alagoas, Pará, Pernambuco e Ceará. Os estados menos violentos, com índices inferiores a 20 mortes a cada 100 mil habitantes, por sua vez, encontravam-se nas regiões Sul e Sudeste, como São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal (FBSP, 2022; 2023).

Assim como as mortes de uma forma geral, apontadas na Tabela 1, as mortes violentas de pessoas LGBTI+ ocorreram dispersas por todo o território brasileiro em 2021 e 2022, quando foram registrados óbitos nas cinco macrorregiões do país. Em 2021, as mortes foram observadas em 26 das 27 UFs e em 197 dos 5.568 municípios brasileiros, enquanto no ano seguinte a dispersão dos casos se deu por 25 UFs e 153 municípios. Em 2021 e 2022, respectivamente, 316 e 273 pessoas LGBTI+ morreram de forma violenta no Brasil, o que gerou médias nacionais de 1,48 morte a cada milhão de pessoas em 2021 e de 1,31 em 2022.

Partindo-se para uma análise na escala macrorregional, observamos variações entre as cinco regiões brasileiras. As regiões com os maiores números absolutos de mortes violentas foram o Nordeste (116 em 2021 e 118 em 2022) e o Sudeste (103 em 2021 e 71 em 2022). As demais regiões ficaram com cerca de 20 a 40 mortes cada uma. Foram registradas, em 2021 e 2022, respectivamente, 36 e 37 casos no Centro-Oeste; 32 e 28 casos no Norte; e 28 e 19 casos no Sul. Não foi possível registrar o município/UF/macrorregião de apenas uma morte ocorrida em 2021.



Tabela 1: Mortes Violentas Intencionais no Brasil, por UF, em 2021 e 2022

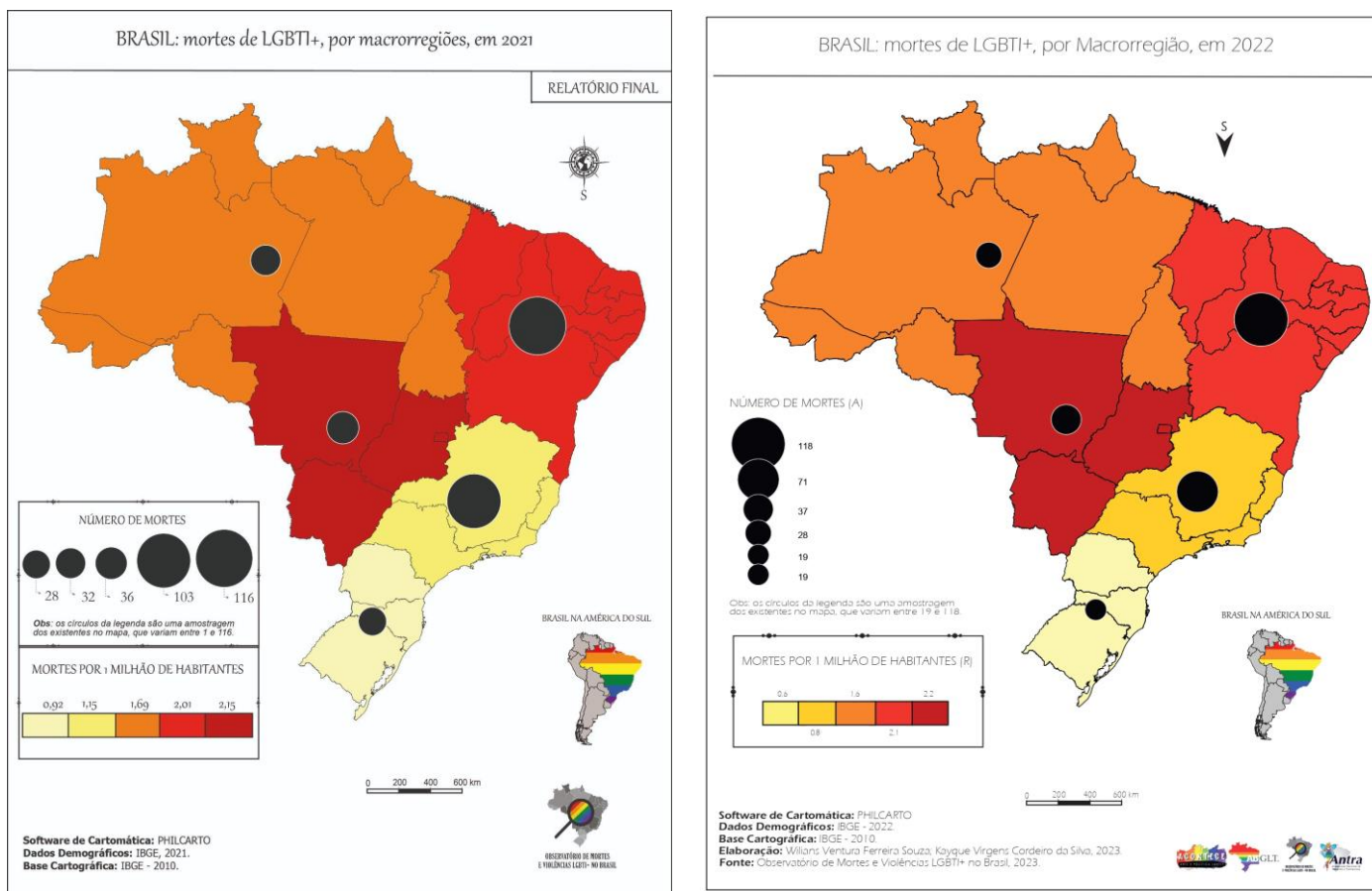
UF	Região	2021		2022	
		Mortes	Mortes por 100 mil habitantes	Mortes	Mortes por 100 mil habitantes
Acre - AC	Norte	192	21,2	237	28,6
Alagoas - AL	Nordeste	1.069	31,8	1.186	37,9
Amapá - AP	Norte	472	53,8	371	50,6
Amazonas - AM	Norte	1.670	39,1	1.531	38,8
Bahia - BA	Nordeste	6.734	44,9	6.659	47,1
Ceará - CE	Nordeste	3.418	37,0	3.123	35,5
Distrito Federal - DF	Centro-Oeste	347	11,2	318	11,3
Espírito Santo - ES	Sudeste	1.160	28,2	1.122	29,3
Goiás - GO	Centro-Oeste	1.881	26,1	1.780	25,2
Maranhão - MA	Nordeste	2.021	28,3	1.897	28,0
Mato Grosso - MT	Centro-Oeste	889	24,9	1.072	29,3
Mato Grosso do Sul - MS	Centro-Oeste	589	20,7	515	18,7
Minas Gerais - MG	Sudeste	2.450	11,4	2.588	12,6
Pará - PA	Norte	2.881	32,8	2.997	36,9
Paraíba - PB	Nordeste	1.161	28,6	1.036	26,1
Paraná - PR	Sul	2.407	20,8	2.595	22,7
Pernambuco - PE	Nordeste	3.368	34,8	3.423	37,8
Piauí - PI	Nordeste	782	23,8	818	25,0
Rio de Janeiro - RJ	Sudeste	4.755	27,2	4.485	27,9
Rio Grande do Norte - RN	Nordeste	1.155	32,4	1.212	36,7
Rio Grande do Sul - RS	Sul	1.824	15,9	2.044	18,8
Rondônia - RO	Norte	454	25,0	542	34,3
Roraima - RR	Norte	232	35,5	194	30,5
Santa Catarina - SC	Sul	744	10,1	689	9,1
São Paulo - SP	Sudeste	3.666	7,9	3.735	8,4
Sergipe - SE	Nordeste	792	33,9	765	34,8
Tocantins - TO	Norte	390	24,3	461	30,5
Brasil		47.503	22,3	47.398	23,3

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022; 2023).

O Centro-Oeste do país foi a macrorregião mais violenta comparativamente à sua população nos dois anos, apesar do número relativamente pequeno de mortes (36 em 2021 e 37 em 2022): 2,15 mortes a cada milhão de habitantes em 2021 e 2,24 em 2022. Também acima da média nacional estavam as macrorregiões Nordeste, com 2,01 óbitos a cada milhão de habitantes em 2021 e 2,13 em 2022, e Norte, com 1,69 falecimento por milhão de habitantes em 2021 e 1,57 em 2022. As macrorregiões Sudeste e Sul foram as menos violentas em termos proporcionais, apesar do número elevado de mortes na primeira: 1,15 morte a cada milhão de

habitantes no Sudeste em 2021 e 0,81 em 2022; e 0,92 morte por milhão de habitantes na região Sul em 2021 e 0,62 em 2022 (Figura 2).

Figura 2: Brasil: mortes de LGBTI+, por macrorregião, em 2021 e 2022



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022; 2023).

É possível fazer algumas relações entre a quantidade de mortes de LGBTI+ em cada macrorregião brasileira e as condições sociais, econômicas e culturais dessas unidades espaciais. As regiões Sudeste e Sul, consideradas menos violentas, foram historicamente privilegiadas em termos de acumulação de capital e de investimentos produtivos, o que as caracterizam como espaços de elevada concentração industrial, maior desenvolvimento tecnológico e significativo grau de escolarização e de acesso à informação de sua população, fatores que podem contribuir para realidades menos preconceituosas, violentas e hostis à população LGBTI+.

Já as demais macrorregiões apresentam características diversas. A Nordeste e a Norte, por exemplo, são historicamente marcadas por indicadores socioeconômicos, como renda, escolaridade, acesso a serviços públicos e expectativa de vida, inferiores ao restante do país, abrangendo uma população significativa em situação de vulnerabilidade. A região Centro-

Oeste, por sua vez, consiste na principal fronteira agrícola do país, a qual vem avançando em direção à Amazônia, sobretudo para a produção de soja e de carne bovina. Áreas ligadas ao agronegócio são frequentemente identificadas como locais violentos, especialmente em função dos conflitos pela terra estabelecidos entre os exploradores e as populações tradicionalmente ocupantes desses locais. Destacamos o fato de a região Centro-Oeste ter sido, justamente, a mais violenta em termos comparativos à sua população nos dois anos.

Dentre as Unidades da Federação, as cinco que apresentaram maior número de mortes em 2021 foram São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará. Em 2022 as cinco primeiras foram o Ceará, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esses estados estão entre os oito mais populosos do país, ficando de fora apenas Paraná e Rio Grande do Sul, que integram a região menos violenta do Brasil. Na outra ponta, com menor quantidade de mortes, estavam, em 2021, o Piauí e Rondônia, com três mortes cada, Amapá, com dois óbitos, e Acre e Tocantins, com um falecimento cada. Em 2022, Rondônia registrou duas mortes e Amapá e Roraima apenas uma. Roraima foi a única unidade da federação que não apresentou registro de mortes violentas de LGBTI+ em 2021, enquanto em 2022 Acre e Tocantins não registraram casos (Tabela 2).

Relacionando-se os casos de mortes às populações de cada unidade da federação, os locais mais violentos, ou seja, com os índices mais elevados de mortes a cada milhão de habitantes, foram: em 2021, Alagoas (4,75 mortes por milhão), Mato Grosso (3,36 mortes por milhão) e Mato Grosso do Sul (3,17 mortes por milhão); e, em 2022, Ceará (3,80 mortes por milhão), Alagoas (3,52 mortes por milhão), Amazonas (3,29 mortes por milhão) e Mato Grosso (3,17 mortes por milhão). Além desses estados, outras 14 unidades da federação apresentaram número de mortes por milhão de habitantes acima da média nacional em 2021, enquanto em 2022 foram cinco. Como estados menos violentos em termos relativos, além dos que não registraram mortes, estavam: em 2021, Rio Grande do Sul (0,44 morte por milhão), Tocantins (0,62 morte por milhão), Santa Catarina (0,68 morte por milhão) e São Paulo (0,90 morte por milhão); e, em 2022, Rio Grande do Sul (0,36 morte por milhão), São Paulo (0,61 morte por milhão) e Santa Catarina (0,64 morte por milhão) (Figura 3).



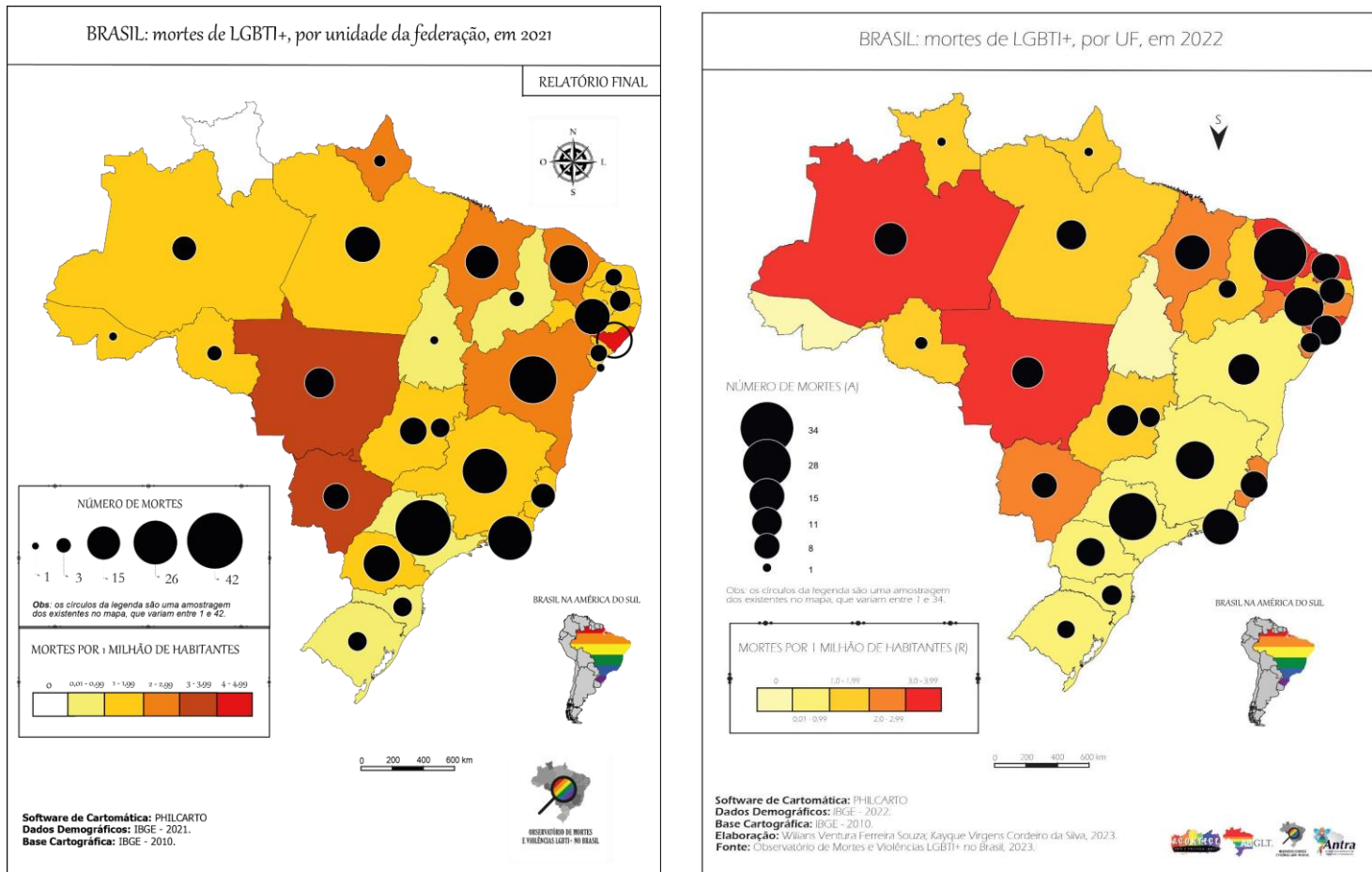
Tabela 2: Distribuição de mortes de LGBTI+ no Brasil, por UF, em 2021 e 2022

Unidade da Federação	Região	2021		2022	
		Mortes	Mortes por milhão de habitantes	Mortes	Mortes por milhão de habitantes
Acre - AC	Norte	1	1,10	0	0,00
Alagoas - AL	Nordeste	16	4,75	11	3,52
Amapá - AP	Norte	2	2,28	1	1,29
Amazonas - AM	Norte	8	1,87	13	3,29
Bahia - BA	Nordeste	30	2,00	12	0,82
Ceará - CE	Nordeste	20	2,16	34	3,80
Distrito Federal - DF	Centro-Oeste	5	1,62	5	1,71
Espírito Santo - ES	Sudeste	8	1,95	9	2,26
Goiás - GO	Centro-Oeste	10	1,39	12	1,73
Maranhão - MA	Nordeste	15	2,10	15	2,21
Mato Grosso - MT	Centro-Oeste	12	3,36	12	3,17
Mato Grosso do Sul - MS	Centro-Oeste	9	3,17	8	2,82
Minas Gerais - MG	Sudeste	27	1,26	18	0,87
Pará - PA	Norte	17	1,94	11	1,30
Paraíba - PB	Nordeste	6	1,48	8	1,98
Paraná - PR	Sul	18	1,55	10	0,84
Pernambuco - PE	Nordeste	18	1,86	19	2,10
Piauí - PI	Nordeste	3	0,91	4	1,22
Rio de Janeiro - RJ	Sudeste	26	1,49	16	0,96
Rio Grande do Norte - RN	Nordeste	4	1,12	10	3,03
Rio Grande do Sul - RS	Sul	5	0,44	4	0,36
Rondônia - RO	Norte	3	1,65	2	1,24
Roraima - RR	Norte	0	0,00	1	1,58
Santa Catarina - SC	Sul	5	0,68	5	0,64
São Paulo - SP	Sudeste	42	0,90	28	0,61
Sergipe - SE	Nordeste	4	1,71	5	2,26
Tocantins - TO	Norte	1	0,62	0	0,00
Não Informado		1	-	-	-
Brasil		316	1,48	273	1,31

Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022; 2023).



Figura 3: Brasil: mortes de LGBTI+, por UF, em 2021 e 2022



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022; 2023).

No que diz respeito aos municípios brasileiros com mais mortes violentas contra LGBTI+ registradas em 2021, os índices mais altos foram observados em algumas das maiores cidades do país: São Paulo (13), Salvador (11), Manaus (8) e Rio de Janeiro (8) em 2021; e, em 2022, Manaus (12), São Paulo (11), Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Juazeiro do Norte (com 7 casos cada). Nos dois anos, dos dez municípios mais violentos, apenas dois não são capitais estaduais: em 2021, Feira de Santana (7), cidade baiana de porte médio com mais de 600 mil habitantes, e São Joaquim de Bicas (6), pequena cidade de Minas Gerais que sedia um presídio onde os crimes ocorreram; em 2022, Juazeiro do Norte (7), cidade cearense de porte médio que, em 2021, foi considerada a oitava mais violenta do país¹⁰; e Aparecida de Goiânia (6), cidade goiana com cerca de 600 mil habitantes situada na Região Metropolitana de Goiânia

¹⁰ Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&-view=article&id=38194&Itemid=1. Acesso em: 22 set. 2023.

considerada a mais violenta do estado em 2021¹¹. A Tabela 3 apresenta os municípios brasileiros com maior número de mortes violentas de LGBTI+ em 2021 e 2022.

Tabela 3: Distribuição de mortes de LGBTI+ no Brasil, por município, em 2021 e 2022

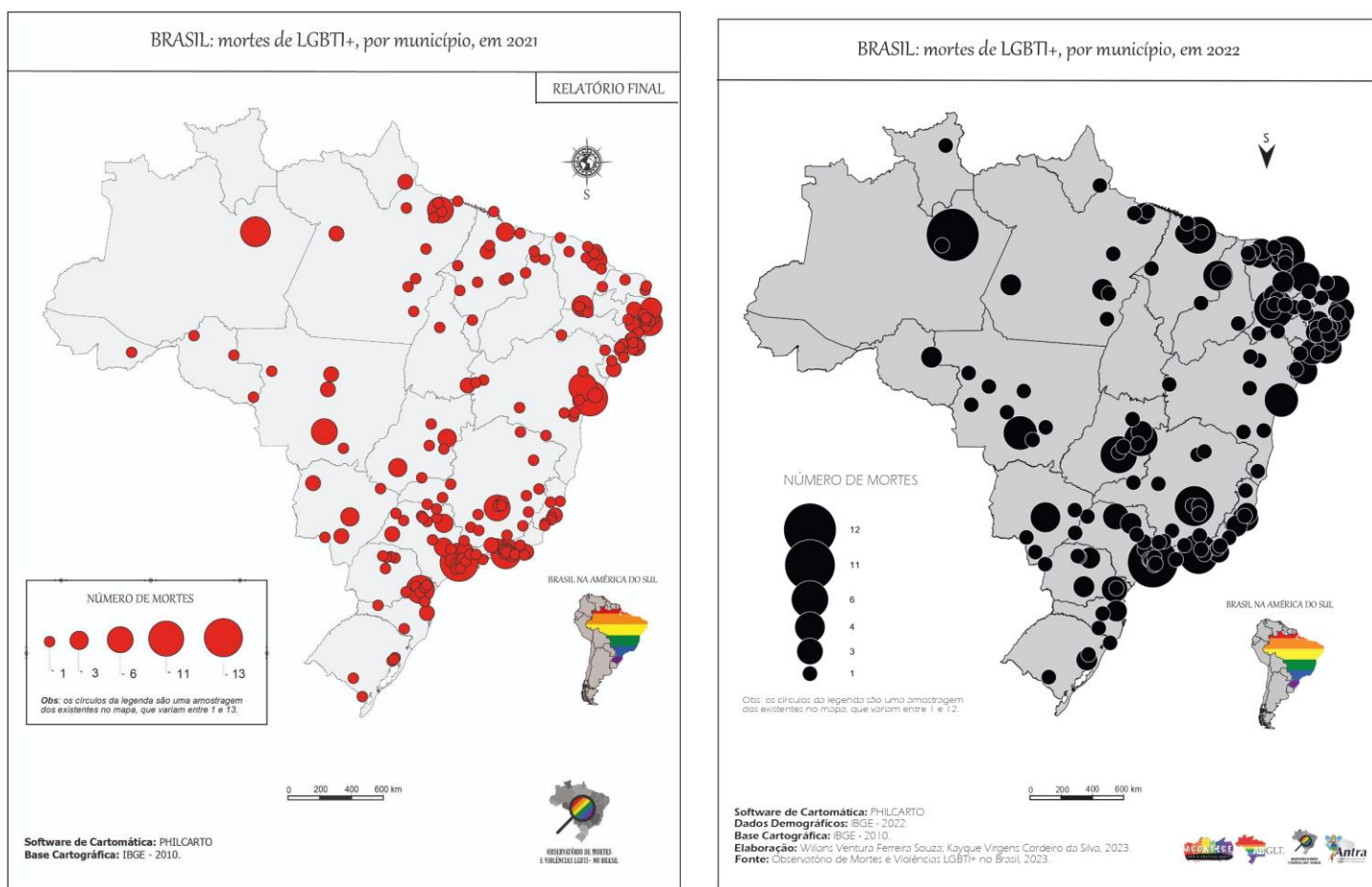
2021		2022	
Município – UF	Número de mortes	Município - UF	Número de mortes
São Paulo – SP	13	Manaus – AM	12
Salvador – BA	11	São Paulo – SP	11
Manaus – AM	8	Belo Horizonte - MG	7
Rio de Janeiro – RJ	8	Juazeiro do Norte – CE	7
Curitiba – PR	7	Rio de Janeiro – RJ	7
Feira de Santana – BA	7	Aparecida de Goiânia – GO	6
Belém – PA	6	Fortaleza – CE	6
Cuiabá – MT	6	São Luís – MA	6
Recife – PE	6	Brasília – DF	5
São Joaquim de Bicas – MG	6	Cuiabá – MT	5
Chorozinho – CE	4	Salvador – BA	5
João Pessoa – PB	4	Campo Grande – MS	4
Juazeiro do Norte – CE	4	Maceió – AL	4
Campo Grande – MS	3	Mossoró – RN	4
Goiânia – GO	3	Timon – MA	4
Maceió – AL	3	Aracaju – SE	3
Ribeirão Preto – SP	3	Arapiraca – AL	3
Rio Verde – GO	3	Cabo de Santo Agostinho – PE	3
São Luís – MA	3	Curitiba – PR	3
		Forquilha – CE	3
		João Pessoa – PB	3
		Natal – RN	3
		São José do Rio Preto – SP	3
		Vila Velha – ES	3

Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022).

¹¹ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210623_nt_preliminar_metodologia_para_a_selecao_dos_municipios_participante.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

A Figura 4 representa o número de mortes violentas ocorridas em cada município. É possível perceber que alguns municípios concentraram todas as mortes registradas nos respectivos estados, como Manaus (AM), Macapá (AP) e Rio Branco (AC) em 2021, e Boa Vista (RR), Macapá (AP) e Ji-Paraná (RO) em 2022. Já em outras unidades da federação, identificamos uma dispersão das mortes por um número maior de municípios, com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais, com casos notificados, respectivamente, em 25 e 21 municípios em 2021; e Ceará (16 municípios), São Paulo (15 municípios) e Pernambuco (14 municípios) em 2022.

Figura 4: Brasil: mortes de LGBTI+, por município, em 2021 e 2022



Fonte: Acontece, Antra e ABGLT (2022; 2023).

Chamamos a atenção para a ocorrência de mortes concentradas em torno das grandes cidades brasileiras e suas regiões metropolitanas, como ocorreu, considerando os dados dos dois anos, em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia-Brasília e Curitiba. Finalmente, o mapa evidencia uma maior presença de mortes nas porções do território onde a ocupação populacional é mais adensada. Nessa direção, destacamos

o litoral nordestino, a porção centro-sul de Minas Gerais, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a faixa próxima da costa paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, procuramos trazer o debate sobre a violência contra as pessoas LGBTI+ para a Geografia da População, na medida em que acreditamos que se trata de uma questão social e que, portanto, não deve ficar restrita aos fóruns específicos que debatem identidades de gênero e sexualidades.

Apesar das fragilidades metodológicas decorrentes da ausência de dados governamentais, entendemos que os *Dossiês* analisados apontam caminhos possíveis para esse debate no âmbito da Geografia da População, como a contabilização e a espacialização das mortes em diferentes escalas de análise; a discussão sobre os espaços públicos e privados como espaços inseguros para a população LGBTI+; a incidência das mortes por faixa etária; as históricas desigualdades demográficas regionais; bem como as dificuldades metodológicas para lidar com dados incompletos cujos sujeitos são populações marginalizadas. Esses caminhos evidenciam que os debates de População podem servir para ancorar políticas públicas que garantam maiores direitos e segurança a esses grupos.

Ademais, reconhecemos que a Geografia da População está na imensa maioria dos currículos dos cursos de graduação do país (diferentemente das disciplinas de gênero e sexualidades que são poucas e, majoritariamente, optativas), além de ser uma matéria presente e importante nos Ensinos Fundamental e Médio. Portanto, ela precisa acompanhar os debates e as necessidades da Geografia e da sociedade brasileiras. Acreditamos que essa ausência de debate pode indicar um elemento da resistência que uma parte da Geografia brasileira tem em considerar o caráter geográfico do tema.

Por fim, como Silva e Ornat (2016), consideramos que precisamos olhar para a forma como nossas pesquisas operam: se visibilizam ou se reforçam a invisibilidade das espacialidades e das lutas desses grupos sociais historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

_____; _____. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

LENZI, M. H.; SILVA, J. M. 'Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê': Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n.2, p. 114--152, 2018.

LENZI, M. H.; GONÇALVES, T. C. GASTALDI, A. B. F. Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 228--244, 2023.

LENZI, M. H.; GONÇALVES, T. C.; BONATTO, L. R.; SOUZA, W. V. F. A geografia das mortes violentas da população LGBTI+ no Brasil em 2021. no prelo.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SILVA, J.; ORNAT, M. Dos espaços interditos à instituição dos territórios travestis: uma contribuição às geografias feminista e queer. **Terra Livre**, v. 2, n. 35, p. 53-72, jul./dez. 2010.

_____; _____. Mundialização do conhecimento científico e controle do privilégio epistêmico na geografia: poder e sexualidades no Brasil. **GEOgraphia**, v. 18, n. 36, p. 43-61, 2016.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CABRAL, V.; LEE, D. "Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!" Transnecropolítica e transresistência no Brasil. **GEOGRAFIA**, v. 44, n. 2, p. 215-231, 2019.

VALENTINE, G. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 11, p. 395-413, 1993.